

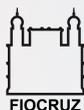
EDUCAÇÃO NO BRASIL: RECONSTRUIR PARA TRANSFORMAR

Como fortalecer a luta por um projeto popular de país que tenha como centralidade uma educação pública de qualidade para o povo brasileiro



EDUCAÇÃO NO BRASIL: RECONSTRUIR PARA TRANSFORMAR

Como fortalecer a luta por um projeto popular de país que tenha como centralidade uma educação pública de qualidade para o povo brasileiro



Autoria: Vitor Xavier Alcântara
Carliana Isabel Nascimento Pereira
Edição: Helena Dias
Revisão: Sophia Miranda de Paula Assis
Thays Santos Carvalho
Fotos:
Capa: Vanessa Gonzaga Santos
Diagramação: Ana Carolina Vasconcelos

Esta cartilha foi produzida a partir do projeto “Agentes Populares como estratégia para o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis no contexto da pandemia de COVID-19”, uma parceria entre a Cooperação Social da Fundação Oswaldo Cruz e a Rede de Solidariedade Periferia Viva

Educação no Brasil: reconstruir para transformar /
Alcântara, Vitor Xavier. - São Paulo: Editora
Expressão Popular, 2023.
29p.

1. Pedagogia 2. Educação Popular em Saúde 3.
História da Educação 4. Movimentos Populares

Sumário

Apresentação.....	7
1. A atualidade da luta e dos desafios na educação.....	9
2. História da educação no Brasil.....	10
3. Impactos da pandemia	14
4. Na luta por reconstrução	17
5. Vamos juntas e juntos?.....	18
5.1 Experiências de acesso.....	19
5.2 Cursinhos de acesso ao ensino superior: a experiência do Podemos+.....	26
5.3 A alfabetização em diversas experiências	32
6. Referências.....	34

“Não há um trabalhador do ensino, no Brasil ou em qualquer sociedade, como algo abstrato, universal. O trabalhador do ensino, enquanto tal, é um político, independentemente de se é, ou não, consciente disto. Daí que me pareça fundamental que todo trabalhador do ensino, todo educador ou educadora, tão rapidamente quanto possível, assuma a natureza política de sua prática [...].

Situando-se entre os educadores e as educadoras progressistas do Brasil, hoje, diria que nos assumir assim significa, por exemplo, trabalhar lucidamente em favor da escola pública, em favor da melhoria de seus padrões de ensino, em defesa da dignidade dos docentes, de sua formação permanente. Significa lutar pela educação popular, pela participação crescente das classes populares nos conselhos de comunidade, de bairro, de escola. Significa incentivar a mobilização e a organização não apenas de sua própria categoria, mas dos trabalhadores em geral como condição fundamental da luta democrática com vistas à transformação necessária e urgente da sociedade brasileira”.

PAULO FREIRE

APRESENTAÇÃO

A cartilha “**Educação no Brasil: reconstruir para transformar**” é o resultado da reflexão e da sistematização das práticas de educação, na perspectiva do questionamento e da crítica, na luta por um projeto de país que tenha como centralidade a **educação pública de qualidade para todos e todas**. Para iniciar a conversa, apresentam-se elementos da história do Brasil e da educação, os impactos recentes do contexto da pandemia da COVID-19, com o objetivo central de avançar para experiências desenvolvidas nos últimos anos, em três dimensões: as relacionadas ao acesso (seja à leitura, à escola ou à universidade); as que envolvem a permanência nos ambientes de estudo; e as que envolvem a construção de espaços de cultura, conhecimento e de participação social.

É fruto do esforço da **Rede de Solidariedade Periferia Viva** criada no contexto da pandemia da Covid-19, uma iniciativa dos movimentos sociais, sindicais, estudantis, do campo e da cidade, que somam esforços para **semear valores e práticas de solidariedade**, frente a necessidade de isolamento social para conter o avanço do vírus. Assumiu-se a decisão de se organizar enquanto rede para enfrentar essa realidade e os seus desdobramentos avassaladores na vida do povo das periferias dos centros urbanos, por meio desde doações de cestas básicas e alimentos da reforma agrária até a criação de uma metodologia de educação popular em saúde e outras áreas, como foi o caso dos Agentes Populares, que atuaram e até hoje atuam em seus territórios.

Combina-se a tentativa de dar respostas aos problemas concretos com metodologias de participação em uma dimensão ativa, em que pessoas encontraram os seus lugares como sujeitos da história. Compreendendo a **prática da solidariedade como uma saída para enfrentar o momento político** e a conseqüente piora nas condições de vida da classe trabalhadora no contexto pandêmico e, principalmente, depois. Afirma-se que a **solidariedade faz parte da prática do povo na defesa da sua sobrevivência** e por uma vida melhor, se dá desde o nível local, em uma rua ou bairro, até o nível internacional.

Ao identificar que, no âmbito da educação, existem desafios enormes colocados, deu-se centralidade à temática com a produção desta cartilha. As experiências sistematizadas contam com a participação de movimentos populares, sindicais e estudantis e que podem ser inspirações para enfrentar os dilemas colocados na atualidade. Queremos que essa cartilha ajude a repensar a **prática da nossa luta em defesa da Educação** e a incentivar novas pessoas na bela tarefa de educar.

É fundamental citar que foi a pelo apoio dos parlamentares Paulo Teixeira (PT-SP), Padre João Siqueira (PT-MG) e Maria do Rosário (PT-RS) e da parceria com a Cooperação Social da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que se desenvolveu o projeto **“Agentes Populares como estratégia para o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis no contexto da pandemia de COVID-19”**. A partir dessa parceria, buscou-se ampliar e consolidar a atuação dos Agentes Populares desenvolvendo ações territoriais nos eixos de saúde, alimentação e educação, pelos articuladores locais. No âmbito da coordenação política e pedagógica, fortaleceu-se os grupos, com destaque a comunicação e a sistematização das experiências.

A Cooperação Social da Fiocruz, que valoriza os diagnósticos e o conhecimento de atores locais, apostando, assim, na construção de **territórios urbanos saudáveis e sustentáveis**, através justamente do estímulo ao protagonismo de grupos locais, enquanto estratégia de sustentabilidade política para o enfrentamento às iniquidades identificados junto a determinação social da saúde, acolheu e qualificou as ações da Rede de Solidariedade Periferia Viva.

Parte dos resultados, envolve a publicação de cartilhas temáticas que contribuam para os trabalhos comunitários desenvolvidos pelos Agentes Populares. Ao final, apresentam-se as sínteses das questões que parecem importantes para que a prática educativa do dia a dia não seja alienante e se acomode. Para que se cultive a possibilidade de **sonhar, projetar e construir outra sociedade**, que não acontecerá sem outro projeto educacional.

A ATUALIDADE DA LUTA E DOS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO

A educação brasileira enfrenta **problemas estruturais** agravados por uma conjuntura extremamente adversa, que tomou corpo nos governos Michel Temer (2016 - 2018) e Jair Bolsonaro (2018 - 2021) e também no contexto da pandemia da Covid-19. Momentos históricos marcados pela falta de participação social nas decisões do Brasil, assim como pelo **sucateamento de políticas essenciais** para a população.

Quando falamos em problemas estruturais e agravamento é porque as **nossas elites nunca construíram um projeto de país** e, conseqüentemente, a educação do nosso povo. O acesso aos direitos básicos, à cultura e ao conhecimento sempre nos foram negados.

Os avanços educacionais mais significativos que tivemos foram frutos de muita **luta e organização popular**, tanto em forma de experiências locais como a nível mais nacional, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011) e Dilma Rousseff (2012 - 2016) - políticas construídas em grande escala para abranger todo país.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da educação brasileira é uma história de luta que acontece entre quem defende a oferta pública de ensino e a elite atrasada, este outro lado que historicamente ocupa espaços de decisão e poder em nosso país. Nessa história, a burguesia buscou uma relação que favorecesse a transferência de recursos do fundo público para o setor privado. Com isso, **as elites criaram um sistema educacional duplo**.

Para elas, uma formação clássica e conteudista devia ser acessível apenas a quem não precisa trabalhar desde a infância para garantir o sustento da família, enquanto a **classe trabalhadora tinha direito à educação restrita**, a uma leitura instrumental, às quatro operações matemáticas e à formação para o trabalho alienado - por meio inclusão no “sistema S”, após a Reforma Capanema (1942).

Desse modo, a burguesia sempre condicionou o sistema de ensino ao desenvolvimento capitalista dependente e, desde então, o discurso arcaico, patriarcal e modernizante, baseado na teoria do capital humano, se articularam e continuam se articulando no sentido da **modernização conservadora**.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) definiu a educação como serviço comercializável e o Banco Mundial (BM) vem, desde o fim da década de 90, investindo nas parcerias público-privadas como estratégia de privatização. Utilizando principalmente o seu braço financeiro, a Corporação Financeira Internacional (CFI), em que 85% das parcerias público-privadas com participação na América Latina foram realizadas no Brasil.

A **ofensiva na educação faz parte da ofensiva mais ampla** de domínio do capital financeiro internacional sobre o fundo público e sobre a formação da classe trabalhadora, atendendo aos interesses de uma imensa indústria de serviços que aposta na terceirização como forma de ampliar a acumulação.

A ação de organismos internacionais do imperialismo norte americano, combinada com a burguesia nacional, dependente e subserviente que dirigem o processo, tem por objetivo a **destruição das garantias de direitos da Constituição de 1988**, adequando definitivamente o Estado brasileiro ao neoliberalismo.

Apesar dos acúmulos construídos no Fórum Nacional Popular da Educação, desde 2017, o contexto da educação no Brasil passou por um processo de **agravamento a partir do golpe de 2016**. O conhecido Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95) e a Reforma Trabalhista são ataques globais ao conjunto do povo brasileiro, que impactam fortemente o setor da educação.

A proposta de **Reforma do Ensino Médio** (Lei nº 13.415/2017) do governo Michel Temer retoma a perspectiva tecnicista no ensino público, ignora as especificidades locais, regionais e inviabiliza o acesso ao ensino superior para as juventudes oriundas da educação pública. Desvaloriza trabalhadoras e trabalhadores profissionais da educação e promove o avanço privatista sobre a educação básica. Fere sua organicidade, além de atentar contra a soberania nacional, ao submeter questões estratégicas como formação docente e elaboração de currículos à ingerência do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Por meio dessa **concepção reducionista da educação**, alterações estruturais foram colocadas em curso nas políticas de valorização dos profissionais da educação, com particular destaque para a formação inicial e continuada de professores e professoras da educação básica.

Nesse sentido, foi realizado um estreitamento da formação atendendo aos interesses da iniciativa privada. A “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC) impacta de forma negativa a educação básica, a formação de crianças e estudantes, a atuação dos professores, bem como a formação inicial e continuada dos profissionais da educação. A BNCC articulou-se com legislações impostas arbitrariamente durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro tendo como eixos a concepção restrita de educação, a retomada das concepções de habilidades e competências e uma **visão curricular centralizadora, prescritiva, disciplinar e homogeneizadora**, que se contrapõe às Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica.

Na **educação do campo**, conquistas importantes como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o Programa de Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo), o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), as bolsas específicas para estudantes indígenas, quilombolas, camponeses/as e ribeirinhos/as foram **fortemente atacadas**, ao invés de serem fortalecidas.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) foi extinta após o golpe de 2016 e esta medida foi mantida no governo Jair Bolsonaro. Também chama atenção o **fechamento de escolas** no campo brasileiro, em sua maioria em localidades que atendem populações predominantemente negras.

O bolsonarismo impulsionou e fortaleceu setores que têm um **projeto educacional e pedagógico extremamente conservador**. A disputa pelo sistema de avaliação da BNCC, dos materiais pedagógicos e dos currículos por parte desses setores tinha como objetivo quebrar com o papel das escolas e universidades públicas na democracia. Seja por meio do impedimento na participação social e comunitária no pensar as instituições públicas de ensino ou do reducionismo curricular, que na prática retirou do educando o seu direito ao conhecimento, à cultura e ao pensamento crítico.

Houve avanços na **aplicação de recursos públicos no setor privado**, no apoio a projetos que não financiam e desmontam a rede pública em favor desse mesmo setor de educação e sua rede. Foi promovida a diferenciação entre as redes, com diversas modalidades de parcerias público-privadas, sempre visando à diminuição e à desvalorização do setor público.

Além disso, foram impulsionadas propostas e ações como a **militarização da escola**, a educação domiciliar (homeschooling), a **terceirização** da gestão de instituições educacionais por meio de organizações sociais, a **“escola com mordaza”**, a flexibilização dos marcos regulatórios e de avaliação da educação a distância, o controle pedagógico por meio das tecnologias e das plataformas virtuais e os **ataques contra a liberdade de cátedra e o livre pensamento** nas instituições públicas de educação básica nas Universidades e nos Institutos Federais. Ferindo a autonomia desses espaços, entre outros retrocessos como as mudanças na matriz curricular, retirando aulas de disciplinas importantíssimas como sociologia, filosofia e artes, e o desmonte da oferta socialmente referenciada da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

IMPACTOS DA PANDEMIA

O Brasil vive um dos **maiores processos de concentração e fusão na área da educação**, com impulsionamento de abertura de capital na bolsa de valores para empresas educacionais. Com a pandemia da Covid-19, vimos o aumento e a entrada de grandes grupos para disputar a venda de pacotes de ensino através de novas tecnologias.

Em contrapartida, as dificuldades econômicas, sociais e pessoais, assim como a evasão escolar, o adoecimento e a precarização do trabalho de educadores, a **ampliação das defasagens educacionais**, sobretudo entre o povo mais pobre, só aumentaram.

Um dado que revela a gravidade da situação agravada pela pandemia e a forma como o presidente Jair Bolsonaro geriu o país nesse momento é do Fundo de Emergência Internacional para Crianças das Nações Unidas (UNICEF), que traz mais de **137 milhões de crianças e adolescentes que ficaram sem atividades escolares** na América Latina e no Caribe. Se contarmos apenas o Brasil, são 4 milhões de estudantes do ensino fundamental sem acesso a nenhuma atividade escolar durante o período pandêmico.

Um estudo realizado pelo Instituto de Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec) para o UNICEF revela que **2 milhões de jovens, de 11 a 19 anos, deixaram a escola no Brasil**. “Entre quem não está frequentando a escola, metade (48%) afirma que deixou de estudar “porque tinha de trabalhar fora”.

Dificuldades de aprendizagem aparecem em patamares também elevados com 30% de estudantes afirmando que saíram “por não conseguirem acompanhar as explicações ou atividades”. Em seguida, 29% dizem que desistiram, pois “a escola não tinha retomado atividades presenciais” e 28% afirmam que “tinham que cuidar de familiares”. Aparecem na lista também temas como falta de transporte (18%), gravidez (14%), desafios por ter alguma deficiência (9%), racismo (6%), entre outros.”

Outra realidade que se agravou com a pandemia diz respeito à situação emocional dos educandos e dos educadores. A pesquisa “Saúde Mental dos Educadores 2022”, da organização Nova Escola, revela que “na educação básica cerca de **34% dos estudantes estão tendo dificuldades para controlar as suas emoções, segundo suas famílias**”.

No Ensino Médio, este número chega a 40%. Além disso, 24% “estão se sentindo sobrecarregados” e 18% “estão tristes ou deprimidos”. Entre os educadores, “as consequências negativas da pandemia mais citadas” são “sentimentos intensos e frequentes de ansiedade” (60,1%), seguidos por baixo rendimento e cansaço excessivo (48,1%) e problemas com sono (41,1%).

Os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) indicam que no período pandêmico houve **redução de aprendizagem em todas as etapas da educação básica**. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, o número de crianças de 6 a 7 anos que não sabem ler e escrever no Brasil cresceu mais de 66% nos últimos 2 anos.

O percentual de crianças do 2º ano que não sabem ler e escrever dobrou: passou de 15% para 34%. Isso significa que, **quatro em cada dez crianças que fizeram a avaliação em larga escala não conseguem ler palavras**. Os resultados do SAEB 2021 mostram que a fase mais afetada é aquela dos estudantes que estavam saindo da educação infantil ou no 1º ano do ensino fundamental durante a pandemia – momento crucial no processo de alfabetização.

E também, segundo dados da pesquisa “Retorno para Escola, Jornada e Pandemia”, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o número de alunos entre 4 e 9 anos fora da escola aumentou 197,8% em 2021.

NA LUTA POR RECONSTRUÇÃO

Um processo de **reconstrução escolar** será muito importante em 2023, uma vez que os problemas de defasagem educacional aguçam as desigualdades sociais e provocam casos de abandono ou perda de perspectiva em relação ao estudo. Situação que seria ainda mais grave se não fosse a atuação de secretarias estaduais e municipais, além de docentes de escolas que tomaram iniciativas para evitar consequências ainda mais graves.

Precisaremos resgatar todo o **acúmulo da luta coletiva em defesa da educação pública** no Brasil. São muitos os desafios. Retomar o Plano Nacional da Educação e enfrentar um cenário muito difícil para educadores, educandos e famílias. Para isso, será necessário construir um grande **“mutirão” para recuperar perdas** dos últimos anos. Envolvendo toda a sociedade, principalmente jovens e educadores, no processo de fortalecimento da democracia, das escolas e instituições públicas de ensino, da carreira e formação de professores, do direito à educação pública, da cultura e do conhecimento.

Um processo que passa necessariamente pela **valorização do educador**. Remuneração e condições de trabalho adequadas, além de formação profissional. Não são um luxo, mas uma condição para reconstruir a educação no Brasil, uma vez que os educadores são pilares para um ensino de qualidade.

Precisaremos de uma campanha educacional, de mobilização social que enfrente os temas mais candentes: o analfabetismo, as defasagens educacionais, os problemas sócio emocionais nos quais os educandos estão inseridos. Com ampla participação social para a lutas mais amplas no campo da educação e da construção de um **Brasil Popular**.

VAMOS JUNTAS E JUNTOS?

Para construir esse movimento de reconstrução e avanços na educação do Brasil, sistematizamos alguns acúmulos importantes extraídos de experiências construídas em tempos históricos diferentes, sobretudo a partir do campo da educação não formal. Experiências que contam com a participação de movimentos populares, sindicais e estudantis e que podem ser inspirações para enfrentar os dilemas colocados na atualidade.

Queremos que essa cartilha ajude a repensar a prática da nossa luta em defesa da Educação e a incentivar novas pessoas na bela tarefa de educar. Trazemos aqui algumas das mais diversas práticas que estão em curso em todo o Brasil.

Nesse sentido, organizamos as experiências em 3 dimensões:

- As relacionadas ao acesso (seja à leitura, à escola ou à universidade);
- As que envolvem a permanência nos ambientes de estudo;
- As que envolvem a construção de espaços de cultura, conhecimento e de participação social;

1. EXPERIÊNCIAS DE ACESSO

O **acesso à educação passa por diversas dimensões**. Não são poucos os casos de estudantes de escola pública que sequer cogitam a possibilidade de acessar uma instituição de ensino superior ou técnica por não considerar relevante na sua vida. Ou mesmo casos de famílias que não estimulam os jovens a entrar e permanecer nas escolas e ainda de pessoas em idade adulta ou mais avançada que passaram uma vida sem acessar os estudos e a leitura e que, ainda que pudessem fazer, escolhem que não é importante para elas.

Portanto, a dimensão do acesso envolve a luta pela ampliação de vagas nos diversos níveis de ensino, mas também a **disputa destes espaços como direito e pertencentes à classe trabalhadora**.

Sabemos que historicamente o acesso ao ensino no Brasil se constituiu sobre bases elitistas e excludentes. Passados mais de quinhentos anos desde a fundação da primeira escola primária, em 1549 na Bahia, e duzentos anos da primeira instituição de ensino superior em 1808, também na Bahia, ainda convivemos com os reflexos desta e de outras desigualdades estruturais entre as classes sociais no Brasil.

Em relação ao **ensino superior público**, as matrículas federais entre os anos de 2008 e 2018, apoiadas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), saltaram de 643 mil para 1,2 milhão, com ênfase à reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano de 2009, por meio de sua incorporação ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

Também é importante pontuar a construção do PNAES (Plano Nacional de Assistência e Permanência Estudantil), que visou apoiar financeiramente estudantes de baixa renda matriculados nos cursos superiores federais, trazendo o debate de que somente o acesso não garante a democratização, **é preciso que as camadas populares tenham condições de se manter nas instituições de ensino superior.**

Foram 4,1 milhões de inscrições para ENEM, que teve seu recorde de inscritos em 2016, com um total de 8,6 milhões de inscrições. Contudo, a edição do ENEM no ano de 2021, contou com 3,1 milhões de inscrições (a menor quantidade desde 2005), que foi aumentada para pouco mais de 4 milhões após o Ministério da Educação ser obrigado judicialmente a reabrir as inscrições e garantir o direito à isenção da taxa de inscrição para um número maior de estudantes. Vale ressaltar que esta redução deve levar em consideração a consequência das dificuldades socioeconômicas e educacionais durante a pandemia da Covid-19.

Os dados, indicam uma menor procura pela realização do ENEM e também a relação entre renda, escolaridade e acesso à internet nas médias de pontuação, de forma a trazer efeitos da pandemia na escolarização e no acesso ao ensino superior. No ano de 2020 as escolas foram fechadas como medida preventiva ao avanço da doença. **As injustiças sociais e educacionais ficaram mais agravadas** para estudantes trabalhadores ou de baixa renda a partir da não efetivação das políticas de ensino e aprendizagem durante o período pandêmico.



Após o Reuni, o número de matrículas no ensino superior em universidades federais saltou de 643 mil para 1,2 milhão



Para quem já está nos ambientes educacionais, a luta pelo acesso é o horizonte de uma caminhada por melhores condições de trabalho

A realização do ENEM nos anos de 2020 e 2021 agravou a **seletividade do ensino superior**, uma vez que foram estudantes com maior poder aquisitivo familiar que tiveram melhores condições de ensino e aprendizagem (VARGAS, 2020). O desestímulo à realização do ENEM pode ser creditado às piores condições de acesso à internet e ferramentas de estudo virtuais (como a falta de computadores e pacotes de dados) para famílias de baixa renda acrescido de diferenças regionais, pois enquanto no Sudeste 51% dos domicílios tinham computador e internet, na região Norte apenas 22% das residências possuíam tais aparatos e conexão (DE MORAES; PERES; PEDREIRA, 2021).

Anteriormente, no ano de 2012, através da implementação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711) garantiu-se a reserva de 50% das matrículas para candidatos vindos integralmente de escolas da rede pública subdivididos em critérios de renda familiar per capita, sendo 50% das vagas para famílias com até um salário e meio, o restante para candidatos com renda per capita superior a este valor. Em ambos casos, há uma **subdivisão para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI)**, que serão incluídos no sistema de contabilização das vagas a partir dos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o perfil demográfico de cada estado (DOS SANTOS, 2012; FLORES, 2017).

Os dados sociais e do número de matrículas, apresentados pelo ano de 2012, indicam que a população brasileira, entre 18 e 24 anos, era composta por 32% de brancos e amarelos de baixa renda, 50% de PPI de baixa renda e 18% de jovens (independentemente da cor ou raça) com rendas familiares superiores a 1,5 salário mínimo per capita. Porém, ao observarmos os ingressantes nas instituições federais de ensino superior, 37% pertenciam ao primeiro grupo, 34% ao segundo grupo e 29% ao terceiro grupo, indicando uma **sub-representação dos PPI no ensino superior**.

Entre 2012 e 2016, a participação de estudantes provenientes do ensino médio em escolas públicas nas instituições federais cresceu 15% (saltando de 55,4% para 63,6%), assim como a participação de estudantes PPI de escolas públicas teve um aumento de 39% (saltando de 27,7% para 38,4%).

No setor privado, as **políticas de inclusão social** também podem ser observadas, em especial através dos programas Portal Único de Acesso ao Ensino Superior (Prouni) e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), com acesso através do ENEM. O Prouni prevê a concessão de bolsas parciais ou integrais para estudantes com renda familiar de até 1,5 salários mínimos per capita, professores das redes públicas e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Em 2017, o **PROUNI atingiu a marca de 362 mil bolsas**, representando 25% dos ingressos na rede superior privada. O FIES atingiu o patamar de 2 milhões de contratos ativos com as instituições privadas, sendo a União a principal fiadora dos financiamentos, no ano de 2017, que também marca a reestruturação do programa no “Novo FIES”.

Mesmo com as alterações, o programa ainda é destinado para pessoas com renda familiar de até 3 salários mínimos per capita, as principais mudanças estão no fundo garantidor dos financiamentos, não mais concentrados na União, mas com linhas de crédito sob maior responsabilidade das instituições privadas (SENKEVICS, 2021).

Mesmo com a expansão do setor público, o **desequilíbrio de vagas** - que desde a década de 1970 pende em favor do setor privado - não foi diminuído. As matrículas privadas cresceram, entre 1995 e 2015, a uma média de 245 mil matrículas por ano, representando uma taxa anual média de crescimento de 14%. As matrículas públicas cresceram em taxas mais elevadas até o ano de 2009, porém o ritmo de crescimento declinou, estagnado a partir de 2015.

Entre os anos de 1991 e 2008, o **setor privado saltou sua representação** no total de matrículas de 60% para 75%. Este último ciclo de expansão do ensino superior mostra que o setor público teve o incremento de 605 mil para 1,9 milhão de matrículas, enquanto o setor privado passou a possuir nove a cada dez instituições de ensino do país, aumentando suas matrículas de 960 mil para 4,5 milhões (SENKEVICS, 2021).

Para quem já está nos ambientes educacionais, como é o caso de trabalhadoras e trabalhadores da educação, **a luta pelo acesso é o horizonte de uma caminhada por melhores condições de trabalho**. Os avanços salariais, estruturais ou de qualificação profissional dentro da educação precisam estar à serviço de uma futura realidade em que todo o povo tenha o direito à educação.

As elites argumentam que, caso toda a demanda educacional fosse incorporada ao sistema público de ensino tal como está estabelecido hoje, haveria um grande caos, com professores adoecidos, estrutura sem comportar os educandos e processos educativos de baixa qualidade. Mas também não apontam soluções para um projeto de país educador e inclusivo.

Para se ter uma idéia, “Para dar continuidade ao processo de erradicação do analfabetismo absoluto, universalizando as matrículas, seriam necessários 855.946 pedagogos; para universalizar a educação infantil seriam necessários outros 121.516 pedagogos e para propiciar educação em tempo integral para 50% das crianças brasileiras seriam necessários mais 296.151 pedagogos, o que aponta, no final, um déficit total de 1.216.294 pedagogos”. É também verdade, que por vezes o corporativismo e individualismo de quem está ensinando, ofusca a necessidade de ampliar esse acesso em condições que por vezes não são as ideais, ainda que momentaneamente.

A luta pelo acesso é uma luta que busca construir na sociedade a importância do estudo, da cultura e informação. Ela tem uma dimensão profundamente coletiva, mas passa pelo encantamento dos sujeitos. Em última instância passa por um convencimento de tornar-se educandos e de construir as condições sociais para que se possa acessar o conhecimento construído socialmente.

Existem diversas iniciativas que buscam plantar a semente, regar a plantação e colher os frutos desse encantamento.

Cursinhos de acesso ao ensino superior: a experiência da Podemos+

Uma pesquisa realizada no ano de 2021, pelo Instituto SEMESP, “aponta que apenas 18,1% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior e somente 17,4% das pessoas de 25 anos ou mais concluíram um curso”. O segundo ciclo de expansão do ensino superior que, segundo Senkevics (2021) acontece entre 1995 e 2015, mostra que durante esses 20 anos o número de matrículas saltou de 1,8 para 8 milhões e a taxa de escolarização entre jovens de 18 a 24 anos passou de 6,8% para 21,3%. Entre 2015 e 2021 houve um aumento no número de matrículas, porém com menor taxa de expansão, acompanhada também por um aumento na taxa de escolarização juvenil.

Os anos 2000 marcam uma importante mudança no acesso ao ensino superior. Programas e políticas federais, implementadas pelos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela presidenta Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), como o Prouni, Fies, Reuni, a Lei de Cotas para estudantes negros e de escolas públicas, as ações afirmativas e o SiSU, foram avanços para o acesso das camadas populares no ensino superior (BRITO E GONÇALVES, 2017; DIAS, 2017; FLORES, 2017; BONALDI, 2018).

As políticas de ampliação das vagas, tanto no setor público, quanto no setor privado, proporcionaram, pela primeira vez, a diversificação do corpo discente e a melhoria de suas condições de permanência no sistema de ensino superior, assim como uma visível redução das desigualdades relacionadas ao acesso. A expansão do segundo ciclo pode ser observada a partir de cinco tendências: democratização do acesso; instituição de ações afirmativas; desequilíbrio público-privado; ampliação do ensino a distância; estratificação horizontal (SENKEVICS, 2021).

O debate apresentado por Senkevics (2021) mostra que o termo **democratização do acesso está relacionado com a massificação das matrículas no ensino superior** e com o prolongamento da escolarização das camadas populares, representando o ineditismo em muitas famílias, do até então, impensável curso superior. Segundo o autor, até o início dos anos 2000, 75% do corpo discente era formado pelo quinto mais rico da sociedade. Essa porcentagem foi reduzida para 39% no ano de 2015, o que ainda representa uma grave desigualdade social brasileira.

Nesse contexto, criada em 10 julho de 2017 na cidade de São Paulo, a **Rede de Cursinhos Populares Podemos+** emerge de experiências de organização de jovens pelo Levante Popular da Juventude. Desde os processos que culminaram na construção do próprio movimento na defesa da educação superior pública, a ampliação do acesso às universidades para ingresso de estudantes da classe trabalhadora se colocava como uma das bandeiras de luta centrais.

A criação da Rede Podemos+ **busca preparar os jovens das classes menos favorecidas**, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para os processos de ingresso no ensino superior, superando uma lacuna deixada pelo Estado brasileiro. Além de contribuir com o acesso das juventudes no ensino superior, a rede de cursinhos Podemos+ vem contribuindo com a formação de educadores populares conscientes de seu lugar social de agente transformador e multiplicador da pedagogia de Paulo Freire, ainda muito distante dos currículos do país.

Dentre os trabalhos do Levante nos territórios, a fim de consolidar a Frente Territorial do movimento com a organização da juventude das periferias urbanas, foram desenvolvidas iniciativas de turmas preparatórias para vestibulares das universidades, sobretudo públicas. Até 2016, havia 18 **experiências iniciadas em diversos estados do país**, construídas principalmente por militantes universitários do movimento.

O passo inicial para a construção de um cursinho popular é o destacamento de dois ou três militantes para a tarefa. É fundamental os responsáveis pelo início do trabalho terem condições e tempo para se dedicarem à construção. As suas tarefas vão desde a articulação com parceiros, organização da estrutura até a preparação política e pedagógica do cursinho e o acompanhamento de educadores e educandos.

O local para o funcionamento do cursinho popular deve levar em consideração os **territórios estratégicos para a organização da juventude**. Seja onde o movimento já está inserido, o que permite um maior enraizamento, ou territórios que queremos expandir nossa inserção. Cada nova turma de cursinho organizada tem o potencial de ampliar a interlocução política e a preparação pedagógica com educadores, educandos e suas comunidades. As experiências já consolidadas tiveram as aulas organizadas em escolas, sindicatos, igrejas e centros comunitários.

Um ponto fundamental é que um cursinho popular **não pode ser uma reprodução do espaço formal escolar**, devemos estar atentos para não desenvolver práticas que burocratizam a experiência, pois a vida orgânica dos cursinhos deve condizer com seus objetivos político-pedagógico e princípios organizativos. A construção da Rede Podemos+ se dá pela compreensão da importância da educação para a vida da juventude brasileira, seja no ensino básico ou superior.

A construção de iniciativas que contribuem para o acesso de jovens, sobretudo oriundos de escolas públicas ao ensino superior, **é parte da contribuição para um projeto de Brasil que seja democrático**, justo e digno para o povo.

A metodologia e o fazer cotidiano de nossos cursinhos é a construção do Brasil que queremos, a partir da organização das juventudes em torno de seus sonhos e também dos problemas gerados pelas desigualdades. Buscamos **construir uma prática educativa que seja capaz de estimular o pensamento crítico**, a organização coletiva e a capacidade de ação e intervenção dos educandos e das educandas, assim como dos educadores e das educadoras na realidade.



A rede de cursinhos Podemos+ vem contribuindo com a formação de educadores populares conscientes de seu lugar social



A vida orgânica dos cursinhos deve condizer com seus objetivos político-pedagógicos e princípios organizativos

O surgimento dos **cursinhos relacionam-se com a constituição da sociedade brasileira e seu ensino superior** que historicamente privilegiou as camadas sociais mais abastadas. É possível identificar que, pelo lado das classes média e alta, esses espaços pedagógicos constituem quase como uma “carta de livre acesso” para o ensino superior, seja ele público ou privado. Outro ponto relevante para a constituição dos cursinhos se deu a partir das mudanças sociais, impulsionadas pela industrialização e urbanização, que ampliaram o acesso à escola básica, mas que ainda sustentam o vestibular e o ENEM como uma ferramenta de exclusão do ensino superior, combinada com um grande déficit no número de vagas demandadas, fazendo desses espaços uma condução quase certa das elites ao ensino superior, em especial o ensino público.

Para as classes populares, o outro lado nessa história, com o avanço da organização popular e a disputa política sobre a educação brasileira, **os cursinhos populares foram fundamentais na constituição de políticas públicas de democratização do acesso** ao ensino superior a partir da década de 1990 e tem exercido papel central no debate social atual sobre a exclusão e as injustiças educacionais.

Tratar a Rede Podemos+ como uma rede de educação popular nos permite **ampliar o horizonte para o desenvolvimento de diversas ações como bibliotecas populares**, cursinhos de assistência e permanência estudantil, círculos de cultura para a alfabetização, creches populares, círculos de leitura e etc. A experiência realizada pelo Levante Popular da Juventude demonstrou isso durante os anos de 2017 ao início de 2020, pois, anterior ao período pandêmico, havia uma constante crescente no trabalho nacional com a Podemos+. A rede foi criada com 12 experiências e no ano de 2020 já existiam 40 cursinhos totalizando a quantidade de 48 turmas.

A alfabetização em diversas experiências

As **experiências de alfabetização são muitas no Brasil**, existiram desde algumas mais institucionais a outras mais populares, passando por algumas instrumentais e outras mais libertadoras. O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), instituído na Ditadura em oposição às experiências de alfabetização desenvolvidas por Paulo Freire, ou mesmo o PNA (Política Nacional de Alfabetização), elaborado em 2019 no governo Bolsonaro a partir de uma concepção tecnicista e pragmática de alfabetização, revelam que experiências alfabetizadoras não necessariamente tem uma dimensão libertadora.

No Brasil pós-ditadura tivemos uma belíssima experiência de alfabetização na cidade de São Paulo, sob a gestão de Luiza Erundina, em que Paulo Freire foi responsável à frente da secretaria de educação. Ela combinou a estrutura e os recursos institucionais para fortalecer os movimentos e organizações que se colocaram na tarefa de alfabetizar o povo. É inspiração para diversas outras iniciativas no Brasil, sendo o Projeto do MOVA-Brasil o mais recente e realizado em grande escala. Resgatando esses históricos, é importante que nos atentemos para algumas sínteses e afirmações incentivando novos esforços em torno do desafio de alfabetização. **Trata-se de contribuir para que o povo se abra para todo um universo de leitura, escrita e apropriação de conhecimento e cultura** produzido pela humanidade e codificado em forma de alfabeto.

As **experiências de alfabetização são muitas no Brasil**, existiram desde algumas mais institucionais a outras mais populares, passando por algumas instrumentais e outras mais libertadoras. O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), instituído na Ditadura em oposição às experiências de alfabetização desenvolvidas por Paulo Freire, ou mesmo o PNA (Política Nacional de Alfabetização), elaborado em 2019 no governo Bolsonaro a partir de uma concepção tecnicista e pragmática de alfabetização, revelam que experiências alfabetizadoras não necessariamente tem uma dimensão libertadora.

No Brasil pós-ditadura tivemos uma belíssima experiência de alfabetização na cidade de São Paulo, sob a gestão de Luiza Erundina, em que Paulo Freire foi responsável à frente da secretaria de educação. Ela combinou a estrutura e os recursos institucionais para fortalecer os movimentos e organizações que se colocaram na tarefa de alfabetizar o povo. É inspiração para diversas outras iniciativas no Brasil, sendo o Projeto do MOVA-Brasil o mais recente e realizado em grande escala. Resgatando esses históricos, é importante que nos atentemos para algumas sínteses e afirmações incentivando novos esforços em torno do desafio de alfabetização. **Trata-se de contribuir para que o povo se abra para todo um universo de leitura, escrita e apropriação de conhecimento e cultura** produzido pela humanidade e codificado em forma de alfabeto.

Referências

INSERIR AQUI

Referências

INSERIR AQUI

